



Táxis: PJF pede suspensão de TAC

• Prefeitura diz que quer analisar melhor condições de termo que prevê aumento da frota na cidade

A Procuradoria Geral do Município solicitou ao Ministério Público Estadual (MPE) a suspensão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que regulamenta o serviço de táxis da cidade. O documento, firmado entre Prefeitura e Procuradoria de Defesa do Consumidor em dezembro do ano passado, prevê a ampliação da frota e define padrões de segurança e conforto para os veículos utilizados no transporte de passageiros.

Em reunião realizada na tarde de ontem, na sede do MPE, o procurador geral do município, Gustavo Vieira, pediu ao promotor responsável, Plínio Lacerda, que o Termo seja suspenso até que a Secretaria de Transporte e Trânsito (Settra) realize estudo de viabilidade técnica que permita o aumento do número de táxis em circulação nas ruas de Juiz de Fora. Pelas regras do TAC, com novas placas seriam distribuídas através de concurso público realizado ainda no primeiro semestre de 2009, passando dos atuais 433 carros para 533.

— Não temos pesquisa técnica que subsidie decisão do Executivo para expandir o serviço. Sabemos que a cidade precisa de táxis, mas quantos? Onde? Por isso decidimos por solicitar a suspensão do documento — destaca Vieira.

AGILIDADE

Segundo a Prefeitura, a Promotoria de Defesa do Consumidor teria concordado em adiar a implantação do termo, mas cobrou agilidade da Settra na realização do estudo técnico. Ofício da Procuradoria será encaminhado ao MPE ainda hoje e o ato administrativo que estabeleceu o TAC será cancelado esta semana.

De acordo com Vieira, a Settra deve concluir a verificação de viabilidade em cerca de

dois meses, quando o edital 011/2008, aberto ainda na administração de José Eduardo Araújo para a concessão de novas placas, será relançado com as alterações necessárias.

SINDICATO COMEMORA

O Sindicato dos Taxistas de Juiz de Fora, que mostrou-se contrário às regras estabelecidas pelo TAC desde o início das negociações e recusou-se a assinar o documento, comemorou a decisão do MPE. No entanto, a Prefeitura fez questão de ressaltar que o pedido para a suspensão do termo não tem qualquer ligação com a pressão exercida pela entidade, que chegou a acionar a justiça para que o documento fosse revogado.

A Associação dos Taxistas, representante dos motoristas auxiliares, afirmou não ter conhecimento sobre a reunião realizada ontem. O presidente Luiz Gonzaga preferiu não comentar o assunto até que se interessasse sobre as definições oficiais.

Dois assaltos a postos em duas horas

Dois assaltos a postos de combustível aconteceram em menos de duas horas, na madrugada de ontem, em Juiz de Fora. A Polícia Militar suspeita que um casal tenha agido nos dois crimes, registrados entre 1h e 3h da madrugada.

Na primeira ocorrência, o frentista contou à polícia que foi rendido por um indivíduo negro, de cabelos amarelos, que vestia moleton preto e capuz. O assaltante estava armado de faca e roubou R\$ 100 do posto da Avenida Francisco Valadares, no Bairro Vila Ideal. O bandido fugiu a pé em direção à Vila Olavo Costa, acompanhado por uma mulher negra, alta, que usava uma blusa amarela. No rastreamento, a Polícia não localizou nenhum suspeito.

O segundo assalto aconteceu no posto no Bairro Mariano Procópio. O frentista Luís Antônio da Costa Firmino, 33 anos, relatou que foi surpreendido por um bandido armado de revólver. O suspeito deste caso também era moreno, loiro e usava blusa de moleton com capuz. Além disso, estava acompanhado por uma mulher com características semelhantes à do primeiro assalto. Segundo o frentista, ela é morena e vestia calça jeans, blusa de moleton preta com capuz e mochila. Neste assalto, o casal roubou R\$ 50. Também neste caso, ninguém foi preso.

Pagamento de funcionários da Arizona

POLÊMICA CONTINUA

FERNANDO BARBOSA



• Ontem, PJF, conservadora e Ministério do Trabalho se reuniram

A Conservadora Arizona Ltda., que presta serviços a diversos setores da Prefeitura de Juiz de Fora, estuda proposta da administração municipal para o pagamento de R\$ 97 mil à empresa. O valor devido pela Administração Municipal cobriria despesas referentes ao salário de dezembro de 2008, valores-transportes e rescisão de contrato de 38 funcionários lotados na Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

Reunião realizada na manhã de ontem, na Subdelegacia do Trabalho de Juiz de Fora, marcou o início das negociações. Com a oferta de Prefeitura — R\$ 97.560 relativos à pagamentos atrasados — rejeitada pela conservadora em

um primeiro momento, novo encontro foi marcado para amanhã, às 14h.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação, Antônio Sérgio Ribeiro, criticou a decisão da Arizona, considerando que o acordo colocaria fim à aflição dos trabalhadores, prejudicados pela falta de salário desde o ano passado.

O diretor da empresa em Juiz de Fora, João Carlos Batista, afirmou que a oferta da PJF está sendo estudada e a decisão final da Arizona será divulgada amanhã. A Prefeitura comentou, através de sua assessoria, que aguarda resposta da conservadora, na expectativa de que o acordo seja aceito.

Entidades beneficentes receberão R\$ 2 mi neste ano

Vinte entidades que cuidam de portadores de deficiências, crianças e idosos de Juiz de Fora vão receber, durante 2009, mais de R\$ 2 milhões da Prefeitura. O repasse foi confirmado ontem à tarde, com a assinatura do convênio do Sistema Único de Assistência Social (Suas). O prefeito Custódio Mattos, no entanto, fez questão de ressaltar que a ajuda às entidades beneficentes não vai reduzir o trabalho desenvolvido pelo poder público por meio da Amac.

Segundo o secretário de Assistência Social, Marcelo Garcia, as parcelas mensais, que variam de R\$ 1.500 a R\$ 37 mil de acordo com a instituição beneficiada, serão depositadas no dia 10 de cada mês. Na segunda quinzena, um técnico do Suas visitará as entidades, observando como as verbas estão sendo empregadas.

Garcia lembra que, desta forma, reduzirá a burocracia do repasse, que, antes, só era feito após aprovação formal do poder público.

— Cada Cras (Centro de Referência de Assistência Social) ficará responsável pela fiscalização de uma área, diminuindo a burocracia da liberação dos recursos — declarou, lembrando que, antes era preciso assinar convênio para cada tipo de convênio (municipal, estadual e federal).

Custódio ressaltou que a ajuda dada às entidades não irá atrapalhar o trabalho da Amac.

— Temos que aproveitar a experiência dessas instituições para melhorarmos o nosso. Vamos apoiá-los, além de desenvolver ações próprias.